

JORNAL DO BRASIL Americanos discutem a fundo

Washington (do Correspondente) — Ainda sob o impacto da suspensão dos pagamentos dos juros dos 67 bilhões da dívida a longo prazo do Brasil, os bancos e o governo dos Estados Unidos estão debatendo intensamente por qual das difíceis alternativas à sua disposição devem optar nas próximas semanas para responder à mais nova ameaça à sua estabilidade.

Nos últimos dias, especialistas nas questões da dívida, banqueiros e representantes de vários organismos políticos e econômicos do governo têm corrido entre a capital americana e Nova Iorque para angustiadas discussões de emergência sobre o que fazer com o Brasil. Todos os participantes reconhecem que a suspensão anunciada pelo governo Sarney antes do carnaval está forçando a uma reflexão profunda sobre um dos mais complexos problemas enfrentados pelo sistema financeiro internacional nas últimas décadas. William Cline, um desses especialistas, afirmou que “nenhuma das soluções propostas é palatável para quaisquer das partes”.

Se nos ciclos anteriores da crise da dívida tanto bancos quanto governos de todos os principais países credores concordavam sobre a necessidade de ação conjunta para impedir o colapso do sistema financeiro, a principal dificuldade detectada por todos os participantes das discussões dos últimos dias é a falta de consenso, afirmam fontes bancárias. “Os bancos estão divididos, os governos dos países credores não se entendem e aumentou o número dos que acham que o velho esquema já deu o que tinha que dar”, afirma Pedro-Pablo Kuczynski, diretor-gerente do banco de investimento First Boston Corporation, um participante frequente do grande debate.

A alternativa tradicional seria reescalonar os pagamentos da dívida brasileira, fazer uma injeção tão limitada quanto possível de novos recursos no país e exigir ajustamentos mais severos ao governo brasileiro. Foi essa a solução adotada para a última crise do México em setembro passado, por exemplo, sob pressão da declaração de moratória pelo governo La Madrid e das advertências do presidente do banco central americano, Paul Volcker.

Mas tanto o maior dos bancos ameri-

cano — o Citicorp — como cerca de 50 importantes bancos regionais vêm resistindo nos últimos meses a emprestar cada vez mais, em termos cada vez menos seguros e lucrativos, a países de economias mais e mais debilitadas.

“Isso é jogar dinheiro bom no poço para tentar recuperar o que todos sabem que está perdido. Não é prudente e temos que parar”, diz James Kirkpatrick, vice-presidente do maior banco regional na área da capital americana, o Sovran Bank.

Kirkpatrick acha que chegou o momento dos bancos reconhecerem que o velho esquema está ultrapassado. Foi isso o que começou a fazer o Republic Bank of New York, por exemplo, que no ano passado lançou como perdas 40 milhões de dólares de empréstimos ao México, Argentina e Brasil. É para isso que todos os grandes bancos dobraram e em certos casos até mesmo triplicaram suas reservas em 1985 e 1986. Segundo a empresa de pesquisa Keefe, Bruyette & Woods, os 24 maiores bancos americanos aumentaram de 5 para 15 bilhões de dólares suas reservas para perdas desde 1982 e de 41 para quase 80 bilhões seu capital principal. Com reservas maiores e uma base de capital mais ampla esses bancos começam a ter condições, agora, para lançar partes substanciais de seus empréstimos ao terceiro mundo como prejuízos e sem com isso se autodestruir.

Outra alternativa requer concessões de todos os lados. Os bancos teriam que concordar em aceitar taxas concessivas de juros para seus empréstimos aos grandes devedores, os governos dos países credores precisariam ser muito mais generosos em suas contribuições para o Banco Mundial, FMI e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como nas operações de seus organismos de financiamento de exportações como o Eximbank americano, por exemplo. E o Brasil precisaria comprometer-se a seguir uma política econômica coerente a longo prazo. A diferença, neste caso, seria o reconhecimento geral e oficial de que os países devedores não têm condições de pagar o total dos seus compromissos nos termos em que os contrataram.

Para Rudiger Dornbush, um especialista em dívida do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachussets) e assessor

de vários governos devedores, “isso seria o reconhecimento do óbvio”. Ele lembra que a história está cheia de exemplos de puro e simples cancelamento de dívidas impossíveis de pagar, tanto por parte de países ricos atualmente como pobres. Outros especialistas lembram que a marcha americana para o Oeste foi parcialmente financiada por capitalistas ingleses que jamais viram a cor de seu dinheiro. Os empréstimos que eles deram para financiar a construção de estradas de ferros festejadas nos filmes *Western* de Hollywood nunca foram reembolsados, por exemplo.

Em certa medida isso já está sendo reconhecido pelos bancos, que admitem em público que muitos de seus empréstimos jamais serão recebidos. Os bancos pequenos que vendem papéis da dívida brasileira não recebem 100% de seu valor nominal mas sim 70%. Papéis da dívida de outros países sofrem descontos de até 50%. Até alguns anos atrás os bancos americanos só repassavam hipotecas mas depois começaram a vender empréstimos de carros, de cartões de crédito e agora vendem também a dívida de países estrangeiros, sempre com desconto substancial. Quando conseguem transferir esses tipos de dívidas, os bancos fazem até um bom negócio — limpam suas carteiras de papéis de ativos em deterioração, geram recursos para fazer novos empréstimos que lhes vão dar lucros mais seguros e, na maior parte dos casos, ganham comissões para continuar cobrando as dívidas para os investidores que as compraram.

Se alguns bancos americanos consideram-se em posição suficientemente sólida agora para lançar muitos de seus empréstimos à América Latina como perdidos, outros temem as consequências de uma generalização desse esquema. O mais preocupado com isso seria o próprio Paul Volcker, cujo cargo o obriga a pensar sempre na estabilidade do sistema financeiro internacional. Os Estados Unidos são atualmente o país com a maior dívida externa do mundo, a dívida interna americana também é astronômica e tanto bancos nas regiões agrícolas do país quanto de regiões produtoras de petróleo e gás têm falido a taxas assustadoras nos últimos anos e isso leva o banco central a temer maiores choques.